



Manuela Matos Monteiro

PERFIL

Isabel Menezes nasceu no Porto em 1965. Licenciou-se em Psicologia na Universidade do Porto, em 1988, tendo-se doutorado em 1998.

É docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação desde 1989, sendo Professora Associada em Ciências da Educação desde 2002.

Tem coordenado investigação sobre Educação para a Cidadania e Psicologia Política desde há vários anos. De entre os projectos que dirigiu destaca-se a participação nacional no Estudo Internacional de Educação Cívica conduzido em Portugal pelo extinto Instituto de Inovação

Educacional, e um projecto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia sobre Concepção e Práticas de Cidadania, que incluiu a análise da importância da participação em geral e para a promoção do *empoderamento* de grupos discriminados em função do género e da orientação sexual.

É nesta linha de trabalho que tem vindo a desenvolver investigação, com estudos que atendem ao impacto da participação em grupos discriminados em função da escolaridade, da etnia, do estatuto de imigrante, da incapacidade ou da doença crónica... no sentido de perceber como o

envolvimento em associações pode ser tanto um instrumento de promoção do bem-estar pessoal quanto da justiça social. Coordenou um projecto financiado pela FCT em que se procurou avaliar em que medida a participação em associações, partidos políticos, movimentos sociais contribuem para o desenvolvimento pessoal e político.

Está a proceder à avaliação de um projecto em curso nas escolas do ensino básico e secundário liderado pelo Comissariado Nacional de Luta Contra a SIDA.

É membro do Centro de Investigação e Intervenção Educativa.

ENTREVISTA COM...

Isabel Menezes

As questões sobre a Educação para a Cidadania estão no centro do trabalho de investigação e intervenção de Isabel Menezes. As suas reflexões, explicitadas na entrevista que nos concedeu, ajudam as escolas a pensarem o seu papel nessa vertente fundamental da educação.

Porque considera a promoção da cidadania um princípio educativo fundamental?

A nossa relação com a cidade constrói-se nos espaços em que vivemos. Quer isto dizer que a família, a escola, as associações, os grupos, as instituições com que interagimos, os *media* desempenham um papel nuclear nesse processo. É através das experiências, que vamos vivendo nestes contextos, que vamos construindo sentidos para o envolvimento e a participação enquanto cidadãos, e que vamos desenvolvendo conhecimentos e competências essenciais para essa participação. Assim, se a promoção da cidadania não é uma responsabilidade exclusiva da escola é, certamente, também uma responsabilidade da escola – ainda mais num país como o nosso, que tem uma experiência democrática recente e em que, naturalmente, há ainda um caminho a fazer para a promoção de uma cultura democrática e participativa.

De que modos pode a escola responsabilizar-se pela educação para a cidadania dos alunos?

Bem, creio que esse papel da escola decorre de múltiplas formas, tanto explícita, como implicitamente. Há alguns anos, James Beane, um autor norte-americano que trabalhou estas questões, salientava como era impossível educar para a democracia num ambiente autoritário ou impessoal – e penso que esta afirmação tem todo o sentido. Ou seja, e em primeiro lugar, temos de pensar a escola como aquilo que ela é: um espaço de interação entre crianças, jovens e adultos, inevitavelmente diferentes e diversos. Esse espaço de interação deve propiciar a integração dos membros da comunidade escolar, promovendo a qualidade das suas relações, mas valorizando e legitimando a expressão da diversidade e do pluralismo.

E “como se faz”?

É importante começar por pensar a educação para a cidadania em função das vivências na escola, tanto de alunos como de professores ou de outros profissionais da escola. Que dispositivos existem para acolhimento dos recém-chegados? Os regulamentos sobre os espaços escolares são criteriosos ou baseiam-se apenas em convenções determinadas pelo estatuto dos diferentes grupos? Por exemplo, há escadas reservadas aos professores “porque sempre foi assim” – para pegar num exemplo do tempo da Reforma de 1989 na Escola Filipa de Vilhena? E se é assim, que mensagem transmite esse regulamento aos alunos?

Depois, creio que é essencial sublinhar que a escola é um lugar de conhecimento e de aprendizagem. Assim, a valorização do conhecimento e da aprendizagem deve ser nuclear – o que significa o compromisso dos profissionais da escola, mas também dos alunos e das famílias. Note que este conhecimento não é o conhecimento sobre a cidadania, embora algum conhecimento básico neste domínio possa fazer algum sentido. Mas é o conhecimento e as competências que são essenciais para a vida, configurando aquilo que se pode chamar de uma literacia e que decorre das aprendizagens no domínio da matemática, da língua portuguesa, das ciências, das línguas estrangeiras, da geografia e da história... Ou seja, a escola é um lugar de



“É importante começar por pensar a educação para a cidadania em função das vivências na escola, tanto de alunos como de professores ou de outros profissionais da escola.”

saber e o saber tem que ser nuclear à mensagem da escola – do meu ponto de vista acrescidamente porque é instrumental para a autonomia das pessoas e desse modo promotor de uma cidadania reflexiva e crítica. Costumo insistir neste exemplo no domínio das ciências, porque o discurso científico é muitas vezes invocado como legitimador de decisões políticas. Assisti a esse fenómeno nas discussões públicas em torno do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez, pessoas que afirmavam “há um artigo científico que diz isto ou aquilo”, o que justificaria uma decisão de sim ou não de forma indiscutível. Ora, o que alguém com uma formação científica básica e sólida reconhece é que essa ideia de que a ciência é incontestável e indiscutível é contrária à própria natureza da ciência, que é inevitavelmente aberta ao questionamento e à transformação. É por isso que a ênfase na aprendizagem para todos os meninos e meninas que frequentam a escola, para além dos

muitos factores de desigualdade a montante da escola, é nuclear. Finalmente, a escola pode desenvolver projectos e espaços, como já o faz há muitos anos, para os alunos reflectirem, analisarem, discutirem, realizarem... a partir de questões mais específicas e directamente relacionadas com a cidadania. E esses espaços já existem no currículo, a Formação Cívica e a Área de Projecto, embora seja de salientar que sabemos pouco sobre o que são as práticas nas nossas escolas.

Considera que se podem identificar eixos organizadores na formação para a cidadania?

Bem, em rigor o que me parece é que qualquer tema pode ser um bom ponto de partida para o trabalho neste domínio, e, desse ponto de vista, não me parece mal a opção de não definir conteúdos ou eixos temáticos. Mas, sendo verdade que qualquer assunto pode ser um bom ponto de partida, no meu ponto de vista é crítico enfatizar uma abordagem política,

em sentido lato. Ou seja, se a cidadania diz respeito à nossa relação e participação na sociedade, a questão nuclear é se este nível de análise e acção é contemplado, ou se ficamos apenas pela abordagem do fenómeno, qualquer que ele seja, num registo descritivo ou normativo, sem reflectir sobre as implicações das leis, da organização societal, das crenças predominantes, das associações voluntárias... para a forma como o fenómeno é vivido pelas pessoas. Ora, é exactamente aqui que tendo a ser mais céptica, embora reforce que sabemos pouco sobre o que efectivamente se passa nas escolas.

Embora prevista na lei, há um alheamento dos alunos nessa participação da gestão da escola. Porquê?

Sem dúvida que garantir esquemas de representação dos estudantes na gestão da escola é essencial – e, aliás, uma marca da transição para a democracia em Portugal. A questão é que a qualidade dessa participação



“(...) sem negar a importância do investimento nas notas escolares, penso que temos todos a responsabilidade de reclamar espaços para os nossos adolescentes serem isso mesmo, adolescentes.”

é muito variada, parecendo haver situações em que a participação efectiva é muito reduzida e, portanto, que a base de apoio a representantes e dirigentes pode ser limitada. Penso que isto é um problema, mas deste ponto de vista não é diferente dos problemas com que nos deparamos na sociedade portuguesa em geral. Por exemplo, li que o bastonário da Ordem dos Arquitectos foi eleito por maioria, mas tendo votado apenas 16% dos eleitores. Ora, a questão da não participação pode ser sinal, nas escolas como na sociedade, de várias coisas, e nem todas elas negativas. Por um lado, claro, pode ser sinal de desinteresse e alheamento. Mas, por outro, também pode ser um sinal de confiança no sentido de acreditar que, embora a pessoa não vote, nada de terrível vai acontecer. Naturalmente, temos tendência a enfatizar a primeira leitura, que muitas vezes pode ser sinal de falta de confiança no poder da participação – e essa é a leitura mais preocupante, que reforça ainda mais a importância do papel da escola no debate explícito dessas questões.

É possível compatibilizar valores como a cooperação e a solidariedade com a competição subjacente aos percursos escolares dos alunos?

Percebo, claramente, que isso seja um problema. Mas creio que esse é um equilíbrio que todos devemos aos adolescentes. E, quando digo todos, quero dizer todos os adultos. O sistema que temos actualmente de acesso ao ensino superior coloca aos adolescentes desafios



“(...) o discurso científico é muitas vezes invocado como legitimador de decisões políticas...”

imensos e quase transforma a adolescência num privilégio – e não num direito a explorar o mundo que deveria ser inalienável à condição de adolescente. Ora, as vivências da adolescência são muitas vezes coarctadas e fortemente limitadas pela pressão das notas. Estas vivências que implicam fazer perguntas, mudar de ideias, querer ser muitas coisas e coisa nenhuma, hesitar e ter dúvidas, são condição para o acesso à vida adulta. Já na década de 70, vários autores no domínio das profissões de ajuda salientavam que notas escolares predizem notas escolares que predizem notas escolares... mas não a qualidade enquanto profissional. Ora, em todas as profissões, embora de forma particular nas que implicam a relação com outros, a qualidade depende da qualidade das experiências que formos vivendo, dos livros e filmes que formos fruindo e certamente das relações que estabelecemos com muitas pessoas, na família, na escola, na comunidade... E é por isso que, sem negar a importância do investimento nas notas escolares, penso que temos todos a responsabilidade de reclamar espaços para os nossos adolescentes serem isso mesmo, adolescentes. :

AS ESCOLHAS DE Isabel Menezes

LIVRO Tenho dois autores de completa eleição: Marguerite Yourcenar, Salman Rushdie **MÚSICA** Muita e variada: Queen, Pink Floyd, Dire Straits e Police, Sérgio Godinho e Chico Buarque. Sou viciada em música clássica e, como sempre, não consigo escolher **POEMA** *Estou à espera* de Lawrence Ferlinghetti e *Lisbon Revisited (1923)* de Álvaro de Campos **FILME** *Bruscamente no Verão passado* de Joseph Mankiewicz, *Um Quarto com Vista* de James Ivory ou *Brazil* de Terry Gilliam **COR** Roxo **VIAGEM** aos Açores, sempre **FRUTO** Ameixas brancas **PINTOR** Gosto de Júlio Resende, de Armanda Passos, de José Rodrigues... Mas também de Van Gogh, dos expressionistas alemães e de Frida Khalo.